

PANTANAL: GRANDES PROJETOS, AMBIENTALISMOS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS. Julieth Melo Aquino de Souza; Mirian Cláudia Lourenção Simonetti – Antropologia – Ciências Sociais, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Um dos importantes desafios à pesquisa contemporânea no Pantanal, é o da participação dos diferentes segmentos da sociedade civil frente aos grandes projetos multilaterais dos últimos anos, que transformam a economia e interferem no modo de vida tradicional criando novas configurações sócio-político-econômico. No caso do presente estudo, o foco será os segmentos excluídos, desfavorecidos e/ou subrepresentados, por coincidência os pioneiros históricos na ocupação e uso dos recursos naturais, os pantaneiros – boiadeiros, moradores das colônias, pescadores e indígenas rancheiros, e outros. Embora, citados com frequência nos discursos institucionais, ambientalistas e políticos de todas as tendências, fica a seguinte questão que é o tema deste trabalho: será que de fato são beneficiários privilegiados destes projetos como se poderia esperar da sua presente história e conhecimentos relevantes sobre usos de recursos naturais?

No Pantanal, este foi um dos pontos a que se dedicou a crítica aos grandes projetos e aos ambientalismos, que promoveu a ocupação de espaços e de recursos naturais, com frequência tratando-os como vazios e disponíveis, quando ali havia populações em auto-suficiência, detentoras de direitos de oportunidades iguais, inseridas ou semi-inseridas em pequena escala no mercado, e em uma diversidade de situações sócio-culturais. Em várias das cadeias e espirais de poder, a criação de novos canais, mecanismos e instrumentos de participação, vêm sendo introduzidos ou debatidos, nos grandes projetos multilaterais, nos movimentos ambientais, nas audiências públicas, nos comitês de bacia, nos comitês de monitoramento de projetos, no plano estadual e federal, nos orçamento participativo e outros.

Estas propostas de participação e consulta - que apesar de constituírem indubitável conquista - necessitam de melhor qualificação. Os atores sociais coletivos e tradicionais carecem de mecanismos específicos e diferenciados. Tanto no quadro destes novos mecanismos, quanto nos fóruns próprios de que tem maior necessidades e menores instrumentos financeiros e jurídicos. Ademais, suas formas tradicionais e/ou específicas, adaptadas de organização; suas representações nas diferentes arenas decisórias; seu alcance junto aos processos de policy-making de políticas específicas; exigem disposições de legitimação e reconhecimento diferenciados.

Realidades político-sociais novas; novos desafios à compreensão. A ampliação ou mudanças de participação na sociedade civil e política no pantanal durante o processo de implantação dos grandes projetos multilaterais chamam inclusive a manter os olhos abertos às esferas federais e até internacionais, dado por exemplo o projeto Bid/GICA (Japão) e o Mercosul. Pode-se adicionalmente perguntar se houve mudanças nas vertentes ambientais não governamentais, em suas várias tônicas filantrópica, confessionais ou biocêntrica, em direção à uma ação compromissada, para uma agenda na esfera pública da cidadania, garantindo espaços às populações tradicionais. Este novo surto de associativismo traz mudanças de atitudes, nas diferentes instituições e protagonistas sociais, a serem consideradas a partir das várias configurações sociais.

Por outro lado estes novos atores sociais não governamentais, ambientalistas, apesar de, terem algo em comum, por vezes até ação conjunta, são diferenciados. Suas diferenças advêm pelas âncoras próprias a cada um de seus processos formativos; pelos financiamentos, quanto pela sua tipologia, sindical, causa ou “missão”, assessoria técnica, representação de segmentos, corporativismo, enfim, pelas formas de organização em que se apresentam. Diferenças ainda em seu maior ou menor profissionalismo; capacitação técnica; nível de burocratização; base social e até nas estratégias, em equação com sua maior ou menor capacidade de qualificar suas propostas e agenda, escolha dos momentos e formas de intervenção. Enfim, a dúvida é se representam efetivamente uma nova fonte de energia positiva na sociedade civil, e na ação política ambiental. E ainda se todos segmentos sociais são ouvidos igualmente.

Estes atores sociais pantaneiros podem ser compreendidos também pelos recursos e redes de financiadores a que pertencem; pelas técnicas e especializações que eventualmente contêm; por dependências nacionais ou internacionais, correlacionadas com sua maior ou menor legitimidade local, ou nacional, em suas inter-relações, com partidos e religiões, enfim o perfil institucional. E um dos focos importantes é o dos seus conflitos internos e inter-institucionais, seus grupos e burocracias; seus propósitos mais ou menos hegemônicos controladores, que influenciam diretamente no uso social dos recursos naturais pelas populações tradicionais.

Para estas compreensões, é preciso enfrentar, pelo distanciamento e reaproximações, o tema de algumas inclinações à emotividade e às paixões sociais. O uso das formas de denúncia vazia à serviço de interesses pessoais ou circunstanciais de grupos facciosos terminam por oferecer à cidadania uma visão caricatural e reducionista das instituições do estado e seus agentes ou inverso. Tais ocorrências, a serem melhor estudadas, podem estar reduzindo os espaços de intervenção, diálogo, negociação e criação de consensos, necessários à esfera pública. É possível até perguntar-se com prudência científica se estes comportamentos não fazem outra coisa que a reprodução daqueles do populismo, clientelismo, corporativismo e caudilhismo, que permeiam a cultura política em algumas formações sociais latino-americanas.

Esta investigação permite analisar distintos papéis na mediação e na representação das populações pantaneiras tradicionais, equacionados à sua maior ou menor eficácia e ao *esprit de corps*. Estes novos segmentos de funcionários-ativistas podem ser entendidos, tentativamente, por seu número de aderentes e audiência, articulações, divisão de trabalho, competências específicas, líderes, retórica e símbolos. Enfim, por sua cultura política representada em sistemas de crença, de resistência e de adaptação às mudanças, para o que contribuem os estudos sobre comportamento político.

Neste eixo, cabe analisar ainda, como no conjunto das novas arenas políticas ambientais de negociação, e de criação de consensos decisórios, relaciona-se com outros momentos do processo institucionalizado do estado e dos grandes interesses dominantes. Isto, até mesmo em suas instâncias consideradas apenas técnicas, como as comissões ligadas a grandes projetos multilaterais ou os das várias seções de governos.

O possível cenário enunciado deve considerar o ângulo dos vários grupos de pressão e de interesses, suas funções, desigualdades de oportunidades políticas e econômicas. Os poderes formais e informais de veto, o papel da escassa elite educada e o papel dos que possam ser considerados politicamente inarticulados ou sub-representados influenciam direta e indiretamente na legitimidade tradicional, como, por exemplo, das lideranças indígenas tradicionais, substituída por pioneiros ativistas “melhor informados”. Sem dúvida os grupos econômicos presentes, que se infiltram em políticas ambientalista, ou estão fortemente representados, estão aqui nesta primeira abordagem experimental, no primeiro plano de análise das influências nas diversas arenas sócio-cultural no pantanal.

O conjunto apresentado acima poderá vir a permitir confirmar ou não, se está efetivamente, como discursa as algumas autoridades públicas e privadas, ocorrendo o processo de ampliação de instrumentos de participação civil e de democratização. Se há ou não, maior consistência nas consciências de segmentos sociais excluídos e nas políticas de gerenciamento ambiental no Pantanal, no âmbito dos grandes projetos e das políticas públicas. Esta discussão é essencial para a compreensão das políticas sociais e de preservação, uma vez que depende da ação da sociedade.

Levando em consideração as contribuições dos fatos, estímulos e mecanismos que estão sendo inseridos como uma nova racionalidade e uma nova visão política, cabe traçar a sua correspondência com a agenda dos interesses dos apresentados como beneficiários. Seria possível que alguns desses atores estejam envolvidos em outras agendas e não naquela que discursam? Será que caberia considerar como hipótese perguntar-se se poderiam estar condicionados por interesses nacionais ou da elite regional, ou até internacionalizados? Os ambientalismo estão levando em conta a visão tradicional do uso dos recursos naturais?

A escolha deste tema, nestes eixos de trabalho, e sua relevância, devem-se à posição privilegiada quanto aos cruzamentos temáticos envolvidos e às implicações teóricas que podem vir a resultar. Repito, dentro dos limites cabíveis a um projeto de iniciação científica. Neste caso, pesquisando na forma de primeiros passos aproximativos, seletivos e desafiadores: as

correlações ambientes e participação civil e suas interfaces e respostas com o zoneamento sócio-ambiental pantaneiro - priorizando os índios, pescadores artesanais, pequenos produtores familiares, ribeirinhos e colonos pobres - frente as grandes obras e projetos ambientalistas. O que se procura no quadro das temáticas do Pantanal é separar dimensões mais circunstanciais e regionais, das que surgem como eixos básicos e permanentes nas sociedades, contribuindo em pequena escala para a reflexão teórica sobre as inter-relações sócio-ambientais como um problema universal.